

**Ações afirmativas em foco: Acesso e permanência de alunos cotistas –
Discussões****Affirmative action in focus: Access and permanence of student quota holders –
Discussions**

DOI:10.34117/bjdv6n10-073

Recebimento dos originais: 08/09/2020

Aceitação para publicação: 05/10/2020

Maria Cecília Pereira Isaacsson

Mestre em Educação e Tecnologia – IFSul, Servidora Pública Federal

E-mail: isaacsson@gmail.com

Guilherme Ribeiro Rostas

Doutor em Política Social e Direitos Humanos, Professor do IFSul

E-mail: rostas.ifsul@gmail.com

Fernanda Pontes

Mestranda em Educação e Tecnologia – IFSul

E-mail: ferpontes03@gmail.com

RESUMO

O presente artigo traz um recorte de pesquisa envolvendo a política de cotas e o acesso às políticas de ações afirmativas. Ainda, como vem ocorrendo o acesso aos cursos técnicos de nível médio da modalidade integrada do Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSul, *campus* Pelotas, via reserva de vagas (cotas) e, por fim, a verificar se as políticas de ações afirmativas contribuem para acesso e permanência destes alunos.

Palavras-chave: Políticas públicas, Cotas, Permanência, Êxito.

ABSTRACT

This article brings a research cutout involving quota policy and access to affirmative action policies. Also, as it has been happening the access to the technical courses of the integrated modality of the Federal Institute of Southern Brazil - IFSul, Pelotas *campus*, through the reservation of vacancies (quotas) and, finally, to verify if the affirmative action policies contribute to the access and permanence of these students.

Keywords: Public policies, Quotas, Permanence, Success.

1 INTRODUÇÃO

As políticas sociais adotadas no Brasil têm por objetivo assegurar aos cidadãos acesso à melhoria de qualidade de vida, incluídos aí diversos serviços públicos, como saúde, segurança, seguridade social e educação, que são direitos constitucionalmente previstos para “todos”. Essas

políticas buscam produzir elementos que permitam a inclusão social, em especial, aos menos favorecidos, os quais, independente do motivo, encontram-se marginalizados.

A democracia é, como todo saber, uma conquista de todos. “Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas.” (FREIRE, 2006, p. 20).

Discutiremos, neste artigo, nuances acerca da reserva de vagas para acesso à educação pública, bem como a implantação de políticas de permanência na escola. Utilizaremos como parâmetro a análise, por meio dos enunciados dos informantes, das políticas afirmativas adotadas no *campus* Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense (PL - IFSul), instituição pública de educação, as quais objetivam garantir a educação, direito fundamental de todos previsto na legislação nacional.

A política educacional, quando bem planejada, pode ser uma forte aliada do Estado na gestão das políticas afirmativas voltadas, especialmente, à permanência e ao êxito escolar como uma forma de amenizar as desigualdades e proporcionar a “dita” justiça social.

Percebemos, portanto, a necessidade de uma educação como um ato político, como trazido por Freire (2001). A transformação da educação para o povo não ocorrerá por meio das classes hegemônicas e nem de concessões veiculadas por políticas assistencialistas e compensatórias (CIAVATTA, 2008), mas pelo protagonismo das classes populares. A perspectiva de participação abordada por Freire enuncia que

[...] uma prática educativa que se pretende progressista, mas que se realiza dentro dos modelos de tal maneira rígidos, verticais, em que não há lugar para a mais mínima posição de dúvida, curiosidade, de crítica, de sugestão, de presença viva, com voz, [...] (FREIRE, 2001).

Nesse sentido é que se faz necessário que a educação em si seja um ato político, um diferencial com o intuito da transformação social de fato.

2 OBJETIVOS

Nossa pesquisa versa sobre a forma como vem ocorrendo o acesso aos cursos técnicos ofertados – na forma integrada ao Ensino médio no PL-IFSUL, por meio de reserva de vagas (cotas) e como ocorreram as políticas de ações afirmativas que visam a permanência que esses alunos utilizam. Questionamos se a reserva de determinada porcentagem das vagas, especificamente para o ingresso ao ensino, garantiu o acesso e a permanência e, por via de consequência, a formação do

sujeito/cidadão que se enquadra nas condições (de vulnerabilidade social) previstas em lei específica.

Vislumbramos, ainda, verificar até que ponto a política afirmativa implementada pela instituição assegurou a igualdade de direitos prevista constitucionalmente, além de gerar (ou não) um índice positivo de permanência e êxito escolar.

Pensando o Brasil como um país em que as desigualdades sociais são tão notórias, a política educacional adotada buscou medida compensatória aos eleitos, por ela, como mais frágeis em detrimento de outros que, a seus olhos, não preenchem os requisitos necessários. No entanto, trouxe obstáculos para uma política mais equânime que, em longo prazo, garanta, desde o início da educação básica, um aprendizado mais sólido a todos, assegurando, dessa forma, a igualdade de condições na concorrência por uma vaga em instituição pública de ensino.

Não pretendemos desfazer a importância da política de ingresso, ao contrário, discutir que após o ingresso é necessário, sim, o acompanhamento das ações para garantir eficácia e alcance dessas políticas. Implementar meios, analisar possibilidades, avaliar políticas. Embora não seja uma tarefa fácil é possível (re)ler este ambiente.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nosso referencial teórico foi subdividido em três partes: a primeira envolveu conceitos alusivos às ações afirmativas; a segunda trouxe referenciais que dizem respeito às questões do acesso à educação a partir de políticas afirmativas; a terceira referente à literatura atinente à permanência e ao êxito (ou não), bem como à evasão e aos documentos utilizados no IFSul, especialmente no *campus* Pelotas, no que tange ao mapeamento destas políticas no âmbito da Instituição.

Em virtude de a pesquisa ser mais abrangente que o presente artigo apresentamos aqui apenas um fragmento de uma categoria e optamos por exibir as referências costuradas ao texto.

Freire se configura como um balizador de toda a discussão e não podia ser diferente quando se trata de política social visto que “[...] o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.” (FREIRE, 1982, p.35).

Nesse sentido é que se deu a constituição deste artigo, focando na transformação da sociedade a partir de pressupostos legais em busca da justiça social por meio de políticas afirmativas. Trazer à tona a partir dos dados levantados e informações coletadas no instrumento da pesquisa as

questões relativas ao acesso e permanência que podem servir para subsidiar políticas de melhoria na instituição com o intuito, inclusive, de reduzir a evasão.

4 METODOLOGIA

Optamos pela pesquisa qualitativa com nuances quantitativas no que se refere aos percentuais a serem obtidos. Sobre a pesquisa qualitativa, Denzin e Lincoln (2006, p.17) elucidam que: “é uma atividade situada que localiza o observador no mundo” e nos permite compreender as questões envolvidas no universo da pesquisa com maior profundidade.

As nuances quantitativas a que nos referimos anteriormente se deram com a coleta de dados no sistema Q-acadêmico a partir dos quais, tabulados pudemos verificar o desempenho no acesso e no rendimento escolar obtido pelos alunos. A análise dos dados foi feita de acordo com a análise de conteúdo, sendo subsidiada por Bardin (2011).

5 ANÁLISE

Investigamos o quantitativo de alunos que ingressaram no PL-IFSUL, para a modalidade integrada de ensino, por meio de um tipo de cota prevista na Lei 12.711/12 e regulamentada pelo Decreto 7.824/12. Optamos por coletar dados referentes à cota L4 a qual engloba candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independentemente de renda desde que tenham cursado integralmente o ensino fundamental (em escola pública), e que tiveram ingresso no ano letivo 2014/1, primeiro ingresso em que as cotas foram ofertadas na instituição. A partir do sistema de controle acadêmico verificamos que o número de ingressantes neste período foi pequeno, sendo apenas 20 registros.

Na busca inicial, por meio do sistema, tivemos acesso, além da quantidade de alunos, o nome, a idade, o endereço de e-mail, o curso de sua escolha, entre outros dados, possibilitando separar os pesquisados em dois grupos: “A” e “B”, utilizando como critério os alunos que utilizam ou já utilizaram (grupo “A”), e os que não utilizaram (grupo “B”) os benefícios da Assistência Estudantil – AE (qualquer benefício/auxílio que a instituição disponha por meio da AE). Dos 20 alunos 13 continuavam frequentando a escola à época da pesquisa e já haviam 07 evadido. Entramos em contato com os 13 alunos frequentes e desses, 09 aderiram à pesquisa. Dos 07 evadidos apenas um aderiu à pesquisa.

Nossa amostra, então, configurou-se por 10 informantes: 09 frequentes e 01 evadido. Logo, desses 10 alunos pesquisados, fizeram parte do grupo “A” 03 alunos regulares, e do grupo “B” 06 alunos regulares e 01 evadido, totalizando 07(no grupo “B”). A fim de preservar a identidade e os

dados pessoais destes 10 alunos utilizamos a nomenclatura A1, A2 e A3 para os que se encontram no grupo “A” e B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7 para os do grupo “B”.

Aplicamos aos informantes um instrumento com o intuito de verificar as condições de acesso e o perfil de cada aluno (renda familiar e declaração de etnia, bem como o alcance da política de cotas). Com base nos dados emergiram 3 categorias: 1) cotas para acesso ao ensino técnico de nível médio; 2) incidência na permanência e êxito do aluno, e; 3) acesso a políticas de assistência e seus reflexos nos índices de evasão.

Em cada categoria, com base nos conceitos da análise de conteúdo de Bardin (2011), nos valem de inferências dos dados sistêmicos e das informações prestadas pelos informantes. Neste artigo abordaremos apenas a categoria 3 e, mais especificamente, na interpelação que relaciona acesso aos benefícios e permanência na escola. Observamos que 100% da amostra, quando questionada sobre essa relação respondeu que acreditam que os benefícios ajudam os alunos a permanecer estudando.

Na sequência algumas das respostas:

O informante “B7” afirma que:

“Sim, uma maior assistência faz com que o aluno se sinta mais abraçado pela escola”.

Já “B4”, informa que:

“Sim, por se sentirem mais seguros”.

Por sua vez, “B2” alega que:

“Mesmo não precisando acredito que auxiliariam caso precisasse”.

O informante “A2” diz:

“Com certeza, as vezes as pessoas não tem acesso á(sic) alguns médicos e o If nos trás(sic) esses serviços com competência”.

“B3” declara que:

“O serviço psicológico é indispensável, não só quando tratamos com adolescentes, mas quando tratamos com seres humanos. As pessoas não se ouvem mais, não praticam o diálogo, não conseguem se expressar - sequer buscam se expressar, seja na arte ou onde for, simplesmente se reprimem. O psicólogo é um profissional que faz um papel importantíssimo na era em que vivemos”.

“B5” diz o seguinte:

“Sim, é um amparo a mais ao aluno”.

O informante “B6” afirma que:

“Sim. Ajuda sempre é bom, inclusive ajuda médica e psicológica”.

Já “B1” alega que:

“Sim, os mantém mais seguros”.

Ainda, “A3” afirma declara:

“Com certeza, quando passei a utilizar o serviço da psicóloga estava prestes a desistir”.

A partir dos enunciados nos colocamos a pensar balizados nos pensamentos de Freire (1993).

Sua reflexão adverte que:

[...] a educação popular [...] posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. [...] E ao realizar-se, assim, como prática eminentemente política, tão política quanto a que oculta, nem por isso transforma a escola onde se processa em sindicato ou praticado. É que os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas. E não podia deixar de ser assim [...] (FREIRE, 1993, p. 101-103).

As respostas apontam para existência de uma relação direta entre o acesso às políticas afirmativas de assistência e os reflexos nos índices de evasão. Quando verificamos que os alunos têm suporte e amparo da escola no seu âmbito social (alimentar, transporte, médico, psicológico, etc.), essas questões tornam-se determinantes na continuidade do ensino. Tanto que do total da amostra, apenas 01 informante é formalmente evadido, enquanto os outros 90% (09 alunos), mesmo que não utilizem os benefícios da AE, se valem de outros, como atendimento médico, psicológico ou odontológico, por exemplo.

Freire traduz que a educação popular é “um nadar contra a corrente”, é o que: [...] “substantivamente democrática, não separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade”; [...] “estimula a presença organizada no sentido da superação das injustiças sociais”; [...] “em lugar de negar a importância da presença [...] da comunidade, dos movimentos populares na escola, se aproxima dessas forças com as quais aprende para com elas poder ensinar também”; [...] “supera preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substantividade democrática.” (FREIRE, 1993, p. 49).

Solicitamos aos informantes que nos dessem sugestões de medidas que auxiliariam na diminuição dos índices de evasão:

O informante “B7” sugere:

“Aproximando-se mais dos alunos, seja ouvindo suas opiniões pessoalmente ou pedindo ao Grêmio Estudantil que ouça”.

O informante “B2” acredita que:

“[...] se o campus promovesse mais eventos, rodas de conversa direcionadas ao aluno já seria um grande passo”.

O informante “B5” salienta que é necessário incentivar:

“[...] caso o aluno venha a repetir o ano, não deixar ele desmotivado”.

Por sua vez, “A3” sugere:

“Além de uma maior divulgação dos serviços de psicologia, uma maior participação das coordenadorias dos cursos.”

Há riqueza de informações nos enunciados destes alunos. Charlot (2000) adverte que a escola deve ficar atenta tanto às questões individuais quanto sociais, questões de interação no ambiente escolar e a relação entre aluno e instituição. Observamos que os benefícios e auxílios colaboram para índices positivos de permanência e evitam a evasão ajudando no êxito escolar.

Freire (1993) reforça a não existência de prática educativa que escape a limites “[...] ideológicos, epistemológicos, políticos, econômicos, culturais [...] o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa.” (p. 47).

É preciso perceber os detalhes constantes nas respostas do instrumento bem como dos dados coletados já que sempre é possível verificar a transformação a partir de pequenos pressupostos da prática educativa.

6 RESULTADOS

As ações afirmativas são consideradas um instrumento de correção pelo “Estado” no sentido de recobrar direitos fundamentais de pessoas que se encontrem em desvantagem e/ou desigualdade social, e, por isso, concluímos que, objetivam garantir a igualdade e a isonomia entre as pessoas. No caso do PL - IFSul, com base na análise das ações promovidas pela escola e com aporte nas respostas da amostra concluímos que as cotas, como meio de acesso, podem promover uma “pseudo” mobilidade social. Isso porque alguns informantes se veem com a necessidade de tratamento diferenciado para conseguir ter acesso a uma educação de melhor qualidade. Assim, a utilização da cota não vem como estrutura que aponte disparidade social¹, e sim como um elemento essencial à promoção de um “direito constitucional”.

¹ Entendida nessa pesquisa como desigualdade social e/ou econômica, podendo ser decorrente de má distribuição de recursos, escassez de investimentos em políticas sociais, falta de educação básica de boa qualidade, etc.

No tocante à permanência, verificamos que, no *campus* Pelotas do IFSul, as ações afirmativas se restringem às adotadas pela assistência estudantil e, com base nas informações coletadas da amostra, à assistência médica, psicológica e odontológica, que constituem medidas que promovem a manutenção dos alunos no espaço escolar. A permanência segue atrelada à fatores como serviços de saúde prestados pela instituição e aos benefícios da assistência estudantil, que por sua vez, está intimamente ligada ao baixo poder aquisitivo dos sujeitos que os utilizam. Logo, esses indivíduos não se enxergam como ocupantes da posição social que necessita da cota para permanência, e sim, apenas para o acesso.

Reafirmamos aqui a importância da temática de acesso e permanência, e de consequência da evasão, uma vez que o fracasso escolar “[...] não existe, o que existe são alunos em situação de fracasso”, como afirma Charlot (2000, p.16).

Desse modo, o poder público e a escola têm o dever de auxiliar esses sujeitos na manutenção de seus estudos e de consequência em sua mobilidade social. A escola, a título de sugestão, deveria colocar em pauta o planejamento de ações e possibilidade de contribuição da comunidade por meio de atividades que atendam às realidades dos sujeitos. Promoveria, assim, um espaço de debate para construção de novas soluções para a redução dos índices de evasão ou até mesmo de retenção (que verificamos serem altos em algumas disciplinas), conforme dados sistêmicos apresentados e discutidos na pesquisa principal.

O conhecimento é poder. Assim, que os índices averiguados e pontos trazidos pelos estudantes sejam indicativos de adequação e/ou melhoramento das ações existentes como forma de evitar a evasão e aumentar o êxito escolar.

Por fim, a temática deve servir de subsídio para as ações promovidas pela escola para que possam sustentar novos meios de proporcionar aos alunos o sentimento de pertencimento àquele espaço, lhes oferecendo a oportunidade de reposicionamento na estrutura social. Também, que sirva de ponderação sobre as ditas “práticas assistencialistas” e seus reflexos na sociedade quando se trata de indivíduos que utilizam cotas e benefícios.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edição 70, 2011.

CIAVATTA, Maria. Dilemas do cidadão produtivo no trabalho e na educação. In: BEHRING, Elaine R.; ALMEIDA, Maria Helena T. de (orgs.). Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 77-94.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna. O planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 13 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. Política e Educação: ensaios. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1993. Col. Questões de nossa época.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2006.

FREIRE, P. Educação e política. 5ª ed. São Paulo: Cortez:2001.